

CIRO COSTA CHAGAS

Doutorando em Direito Penal e
Sistema Financeiro Nacional pela UFMG

Mestre em Direito das Relações Econômicas
e Sociais pela Faculdade Milton Campos

Especialista em Derecho Penal Económico y Teoría del Delito
(Universidad Castilla La-Mancha- Espanha)

Especialista em Direito Tributário pela Universidade Gama Filho

CORRUPÇÃO

**Processo Sancionatório,
Administrativo e Penal
em uma Perspectiva de
Direito Comparado**

2ª tiragem



Belo Horizonte
2020

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	XIII
----------------------------	-------------

CAPÍTULO 1

CORRUPÇÃO: UM TERMO À DERIVA	1
1.1 A ética e moral e sua relação com o conceito de corrupção	2
1.2 Conceito léxico-semântico da corrupção	10
1.3 A corrupção como estímulo à Economia: Teoria Revisionista.....	15
1.3.1 As trocas produtivas sob a ótica da corrupção expansiva.....	19
1.4 A corrupção como degradação da economia	24
1.5 Teoria do "nível ótimo da corrupção"	29
1.6 Uma breve análise de dados com relação à corrupção	33
1.7 Conclusão parcial.....	43

CAPÍTULO 2

RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO

ANTICORRUPÇÃO NORTE-AMERICANA:

UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i>	45
2.1 Histórico pré-legislação.....	46
2.2 O período de vigência do FCPA e sua abrangência.....	54
2.2.1 Órgãos responsáveis e seu desenho institucional.....	56
2.2.2 Limitação temporal.....	57
2.2.3 Questão jurisdicional.....	60
2.2.4 Das penalidades e sanções previstas.....	63
2.3 A relação entre o direito administrativo sancionador e o direito penal na legislação norte-americana.....	67
2.4 O bis in idem ou double jeopardy no direito norte-americano	76
2.4.1 O bis in idem ou double jeopardy na legislação anticorrupção americana FCPA.....	84
2.5 Conclusão parcial.....	86

CAPÍTULO 3

RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ESPANHOLA:

UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i>	87
3.1 Histórico do combate à corrupção na Espanha.....	88
3.2 Legislações de responsabilização dos delitos contra a Administração Pública espanhola.....	95
3.2.1 Projeto de lei anticorrupção espanhola – Ley integral de Lucha contra la Corrupción y Protección de los Denunciantes.....	98
3.2.2 Órgãos responsáveis pelo cumprimento legal contra a corrupção Desenho institucional.....	106
3.2.3 Das penalidades e sanções previstas.....	110

3.3	A relação entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal na legislação espanhola.....	112
3.3.1	Conceito de sanção penal.....	114
3.3.2	Conceito de sanção administrativa.....	118
3.4	Princípio do non bis in idem e a subordinação do poder sancionador administrativo à ordem jurisdicional criminal	123
3.5	Conclusão parcial.....	129

CAPÍTULO 4

	RESPONSABILIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i>	131
4.1	Contexto histórico e origens.....	133
4.2	Delito de corrupção no Código Penal Brasileiro.....	145
4.3	Lei Anticorrupção brasileira, Lei 12.846/13.....	153
4.3.1	Natureza jurídica.....	154
4.3.2	Autonomia da Instância Administrativa Sancionadora.....	161
4.3.3	Tipificações na Lei Anticorrupção	167
4.4	Análise da vedação ao bis in idem na Legislação Anticorrupção brasileira.....	168
4.5	Conclusão parcial.....	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS	193